

**DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E MEDIDAS
SEGREGADORAS QUE PROPICIAM
HOMOGENEIDADES E HETEROGENEIDADES NA
SUB-REGIÃO OESTE DA RMSP**

*Luiz Gonzaga Philippi Filho**

*Adriana Marques Rossetto**

*Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo

Pela perspectiva dos dispositivos de segurança e medidas segregadoras, num gradiente das populações de baixa, média e alta renda e em construções de baixo, normal e alto padrão construtivo, apresentam-se, com o uso da ferramenta Street View e a interação com os dados visuais por meio de hyperlinks e QR Codes, exemplos de segregação socioespacial em territórios periféricos na sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Pretende-se expor, em uma instância mais individual – na escala do corpo humano e no nível do pedestre –, como medidas segregadoras materializadas no espaço urbano se relacionam com homogeneidades e heterogeneidades que coabitam territórios periféricos, a própria conformação urbana, suas interações sociais e processos de formação. Utilizando dados estatísticos sobre vitimização embasados por referências da Antropologia e da Sociologia, analisando situações contrastantes nas vias de acesso de unidades habitacionais até enormes empreendimentos imobiliários, evidencia-se como medidas individualistas influem, de diferentes maneiras, no desenho da cidade e no dia a dia da população.

Palavras-chave

Desigualdade e Segregação Socioespacial; Diferenciação Socioespacial; Espaço Metropolitano; Street View; Sub-Região Oeste da RMSP; Individualismo; Cotidiano.

**SECURITY DEVICES AND SEGREGATION MEASURES
THAT PROMOTE HOMOGENEITIES AND
HETEROGENEITIES IN THE WESTERN
SUB-REGION OF THE SPMA**

*Luiz Gonzaga Philippi Filho**

*Adriana Marques Rossetto**

*Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, SC, Brazil

Abstract

From the perspective of security devices and segregation measures, in a gradient of low-, middle-, and high-income populations together with buildings of low, standard, and high construction levels, this study examines the socio-spatial segregation in peripheral territories in the western sub-region of the São Paulo Metropolitan Area (SPMA). Employing the Street View tool and engaging with visual data via hyperlinks and QR codes, the objective is to illustrate, on a more individual level – at the scale of the human body and from a pedestrian's perspective –, how segregation measures materialized in urban space are related to the homogeneities and heterogeneities that coexist in peripheral territories, the very configuration of the urban environment, together with its social interactions, and formative processes. By drawing on statistical data regarding victimization, based on references from the fields of anthropology and sociology, and analyzing contrasting situations along access routes for housing units through to large real estate developments, the study highlights how individualistic measures, to varying degrees, influence the design of the city and the everyday life of the population.

Keywords

Inequality and Social and Spatial Segregation; Social and Spatial Differentiation; Metropolitan Space; Street View; Western Sub-Region of SPMA; Individualism; Everyday Life.

DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E MEDIDAS SEGREGADORAS QUE PROPICIAM HOMOGENEIDADES E HETEROGENEIDADES NA SUB-REGIÃO OESTE DA RMSP

Luiz Gonzaga Philippi Filho
Adriana Marques Rossetto

Introdução

O presente artigo estuda o tema da segregação socioespacial em exemplos de territórios periféricos na sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), usando uma abordagem qualitativa aliada a demonstrações e análises de situações de homogeneidades e heterogeneidades socioespaciais, permeadas pela presença de dispositivos de segurança e medidas segregadoras.

Com potencial de complementariedade para demais metodologias e áreas de estudos urbanos, este artigo contribui com seu método para possibilidades de se observar, registrar e estudar as contradições presentes nos “*patchworks* do cotidiano” (Certeau, 1998, p. 46). Suas análises e reflexões acerca do tema também colaboram para melhor compreender as relações sociais em tal paisagem urbana (ao mesmo tempo ostensiva e normalizada), possivelmente não captadas por métodos estritamente objetivos ou estatísticos.

Para tanto, utilizam-se ferramentas em múltiplas mídias que permitem essa observação da paisagem cotidiana e de suas transformações ao longo do tempo, com ênfase no uso de imagens do *Google Street View* (disponíveis *online* há mais de uma década), cruzando-as com outros dados quantitativos. Enfatiza-se, assim, a normalização dessas realidades, registrando situações que, embora para o olhar crítico sejam adversas ou inaceitáveis, para o olhar comum seriam banais e cotidianas – ou nem merecedoras de uma observação mais atenta.

1. Embasamento teórico

O fenômeno da periferização, fortemente relacionado a dinâmicas econômicas capitalistas de acumulação, acarreta ocupações pulverizadas ao redor dos centros urbanos, afastamento dos equipamentos urbanos e maiores deslocamentos, bem como uma gentrificação estrutural que espraia a malha urbana e propicia conformações cada vez mais desarticuladas, desintegradas e polarizadas (Kowarick, 2017; Barcella; Melazzo, 2020; Almeida; Amano; Tupy, 2022). Mesmo que esse fenômeno atinja mais fortemente populações de baixa renda, a acumulação capitalista a partir da expansão do território das cidades tem levado também à ocupação dessas áreas pela população de alta renda. Essa coexistência social na periferia não se dá de modo integrado, sendo marcante a fragmentação e o isolamento dos espaços ocupados pelas diferentes classes sociais, ainda que eles possam se justapor (Silva; Sposito, 2024).

Nesse contexto, a ação imobiliária garante a separação, a restrição no contato social e a invisibilidade das desigualdades, sendo a fragmentação e o isolamento reforçados pelo fetiche da segurança em enclaves fortificados, fechados física e simbolicamente (Caldeira, 1997; Fornasier; Ferreira; Ferreira, 2019; Richmond; Kopper, 2022). Essa excessiva securitização e o concomitante esvaziamento de espaços públicos também podem ser observados em outras cidades e países (Caldeira, 2000; Graham; Marvin, 2001; Davis, 2006). A busca por isolamento, seja por distinção ou por segurança, vem sendo adotada também na promoção de moradia às populações de baixa renda, reproduzindo padrões isolados, fragmentados e periféricos de habitação popular nas diferentes cidades do país. Contudo, a adesão das populações brasileiras à expansão das periferias e o próprio conceito de “cidadania insurgente” (Holston, 2013) não compreendem totalmente os mais recentes processos nesses territórios como lugares de transformação e diferenciação socioespacial (Richmond, 2020).

Dados sobre vitimização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) corroboram que, em 2021, 68% dos domicílios no país tinham algum dispositivo ou funcionário de segurança, sendo a região sul a de maior percentual, com 76,2%. Todas as regiões do país apresentaram nível acima de 50% em 2009 e acima de 60% em 2021 (IBGE, 2010; 2022a). No entanto, pontual e comparativamente no decorrer da década passada, a “sensação de segurança” da população brasileira não foi significativamente afetada pelas medidas de segurança individuais que equipam seus domicílios: “89,7% das pessoas se sentiam seguras em domicílios com pelo menos um dispositivo de segurança, contra 89,1% das pessoas de domicílios que não faziam uso dessas proteções” (IBGE, 2022b, p. 2). Esses dados mais recentes condizem com o levantamento empírico de Caldeira (2000), demonstrando que o sentimento de segurança da população é mais afetado pelas experiências

– mesmo que indiretas – com delitos. Enquanto isso, as medidas de segurança que equipam suas habitações, transformando o arranjo interno das moradias e a paisagem urbana quanto à sua liberdade e acessibilidade, pouco influem numa melhora perceptiva de segurança.

O que a literatura nacional e internacional sobre o tema também indica é que, além de não ser suficientemente estudado, as formas de estudá-lo também requerem novos meios para superar desafios metodológicos no que se refere à disponibilidade de dados e à possibilidade de os comparar e acompanhar em um recorte espaço-temporal (Melazzo et al., 2023). Entende-se, assim, serem necessárias “interpretações mais amplas, abrangendo processos gerais, particulares e singulares [...] como condição essencial ao avanço da compreensão das dinâmicas imobiliárias” (Melazzo et al., 2023, p. 3).

2. Metodologia e recorte espaço-temporal

Com avanços tecnológicos de plataformas de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e *software* de geoprocessamento, a geotecnologia tem assistido na integração das demais disciplinas aos estudos urbanísticos (Perez Filho; Lämmle; Moreira, 2020). Com o aprimoramento das ferramentas de *Street View*, que registram a paisagem urbana por meio de fotografias panorâmicas ou onidirecionais das vias, sua aplicação em pesquisas de espaço urbano tem recebido atenção significativa (Wang; Wenjie; Yao, 2023, p. 2), embora menor do que a direcionada a ferramentas de imagens aéreas. Desde sua implementação, problematizava-se seu uso em estudos estatísticos, inferindo-se que agregar essas imagens no nível da rua a grandes conjuntos de dados propiciaria uma classificação algorítmica de lugares por suas qualidades visuais, o que abstrairia dados qualitativos e quantitativos, esvaecendo seu diferencial de análise empírica com relação à visão aérea (Shapiro, 2017, p. 1-3). Entre essas diferenças está o posicionamento e o ponto de vista do registro visual: enquanto a imagem aérea proveria uma “visão advinda de lugar nenhum” dissociada das atividades humanas, a imagem no nível da rua estaria “explicitamente aterrada em algum lugar” (Shapiro, 2017, p. 2, tradução nossa).

Outra questão aventada perpassa a autonomia e o consentimento das pessoas e comunidades registradas, uma vez que não há envolvimento ou consulta local para a captura das imagens de *Street View*, o que também requer compreender seus registros não como uma representação precisa da realidade, mas como uma construção social (Power et al., 2013). Pelo fato de essa tecnologia pretensamente “eliminar a consciência-existência do fotógrafo tradicional no processo de produção das imagens” (Pedrosa, 2018, p. 24), em vez de se analisar as intenções de uma pessoa que captura uma fotografia, deve-se entender sob quais condições tal tecnologia é implementada.

Com isso, para o bom emprego dessa tecnologia em estudos acadêmicos, é necessário se atentar para suas limitações e potencialidades, por exemplo, na observação de sincronicidades e acontecimentos diacrônicos (Frúgoli Junior; Chizzolini, 2017, p. 29), visando a uma melhor sistematização visual da recorrência desses fenômenos. Nesse aspecto, uma limitação premente deriva do horário de captura das imagens: aproximadamente 95% dos estudos baseados em imagens de *Street View* utilizam registros diurnos (Liu et al., 2024). Isso restringe as imagens àquelas com feições diurnas (ensolaradas, sombreadas, vibrantes) e afeta o que é captado (circulação de pessoas, estabelecimentos abertos ou fechados, iluminação urbana etc.).¹

Como a revisão bibliográfica mostra, estudos que utilizam a ferramenta de *Street View* de maneira complementar a outras formas de obtenção de dados, suplementando aspectos deficientes e valendo-se de seu potencial imagético, podem aproveitar sua utilidade e “sistematizar de modo visual uma breve temporalidade histórica do lugar” (Pereira; Carneiro; Pereira, 2019, p. 94-5). Mesmo que utilizem a ferramenta para gerar dados quantitativos e conferir índices, esses estudos ainda revelam o potencial de aferição da paisagem e condição urbana que abstrações estatísticas podem não contemplar (Li, 2020). Contudo, sua utilização para comparações entre imagens de diferentes datas se mostra bastante incipiente na literatura, limitando-se a análises predominantemente quantitativas (Biljecki; Ito, 2021, p. 8).

Dessa forma, esta pesquisa exploratória se concentra no estudo de medidas segregadoras, demonstrando, com exemplos, conceitos aprofundados na bibliografia. Com método qualitativo, numa abordagem fenomenológica e utilizando a técnica de observação indireta, de maneira descritiva e por meio de uma análise indutiva dos dados, são utilizadas múltiplas mídias para ilustrar, exemplificar e publicizar, de maneira acessível, situações de segregação socioespacial.

O método consistiu nas seguintes etapas: identificação do fenômeno (facilitada pelas ferramentas utilizadas), levantamento da situação (verificação espacial por meio de mapas, social por meio de dados cadastrais ou censitários e eventual por meio de notas oficiais, notícias, relatos ou anúncios), observação do caso (análise das imagens de *Street View* ao longo do tempo) e avaliação do caso (interlocução de todos esses dados e análises).

1. Ambos os questionamentos éticos foram artisticamente expressos na obra “Nunca é noite no mapa”, de Ernesto de Carvalho (2016). Para maior aprofundamento e análise, ver Favretto e Vassali (2020). NUNCA é noite no mapa. Direção de Ernesto de Carvalho. Recife: Zumbayllu Mesmo Assim A Gente Faz, 2016. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://vimeo.com/175423925>. Acesso em: 27 fev. 2025; FAVRETTO, A.; VASSALI, M. Narrativa em tecnologias móveis: reflexões sobre o curta “Nunca é noite no mapa”. *V!RUS*, São Carlos, n. 21, semestre 2, dez. 2020.

Uma vez que imagens de *Street View* podem ser manipuladas, posicional ou cronologicamente, elas propiciam a colaboração de leitores com novas perspectivas, reforçando sua presença no cotidiano urbano. Por isso, acrescentou-se às imagens utilizadas o seu correspondente *link*, além de *QR Codes* como convite à interação, permitindo a cada pessoa acessar as posições e marcas temporais específicas e propor novos enquadramentos, a fim de enriquecer a reflexão. Mesmo se estiver lendo uma versão impressa deste trabalho, basta apontar a câmera do celular para o código e clicar no ícone do Google Maps para ser direcionado à página, possibilitando, assim, acessar a imagem e rever sua perspectiva.

Definiu-se a porção oeste da RMSP como recorte espacial pela conjunção dos seguintes fatores: conter exemplos emblemáticos de autosegregação (Souza, 2008, p. 70-1) e desigualdade socioespacial que melhor demonstram as análises qualitativas deste trabalho; apresentar diversos dados disponíveis para a aplicação do método; e ser objeto de parte dos referenciais teóricos utilizados.²

Essa região, historicamente reconhecida pelo desenvolvimento econômico e pelo emergente crescimento urbano, caracteriza-se pela “intensa atuação do mercado imobiliário, com a venda de grandes loteamentos destinados para a instalação de empresas, indústrias, galpões logísticos e condomínios residenciais” (Garbosa; Moreira, 2024, p. 126). Além disso, as rodovias e a distribuição de infraestrutura conferem um “controle dos fluxos das pessoas de menor renda na cidade, que acabam se concentrando nos subcentros populares dos bairros”, condicionando um “padrão de urbanização fragmentada que aprofunda a segregação espacial, além de isolar grupos de maior poder aquisitivo” (Garbosa; Moreira, 2024, p. 140-1).

Fez-se o recorte temporal a partir de 2010, ano em que a empresa Google iniciou seu serviço de *Street View* no Brasil, levando-se em conta o contexto urbano,

2. Para um maior contexto histórico da expansão e do desenvolvimento urbano e imobiliário na porção oeste da RMSP, ver as monografias de Cavalcante (1978), Guerra (2013), Coelho (2015), Roggero (2015) e Leopoldo (2017), bem como os artigos de Pescatori (2017) e, mais recentemente, de Garbosa e Moreira (2024). CAVALCANTE, T. C. *Barueri e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana*. 1978. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978; GUERRA, M. F. *Vende-se qualidade de vida: Alphaville Barueri: implantação e consolidação de uma cidade privada*. 2013. 262f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013; COELHO, L. L. *Dispersão, fragmentação e paisagem: relações entre dinâmicas naturais e urbanas no vetor oeste da Região Metropolitana de São Paulo*. 2015. 373f. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015; ROGGERO, M. A. *Qualidade de vida urbana nas bordas da metrópole: centralidades e periferias*. 2015. 219f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015; LEOPOLDO, E. *Financeirização imobiliária e metropolização regional: o Alphaville na implosão-explosão da metrópole*. 2017. 500f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017; PESCATORI, C. Alphaville e o planejamento da descentralização de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17, 2017, São Paulo. *Anais [...]*, v. 17, n. 1. São Paulo: Anpur, 2017.

mudanças morfológicas, legais e de gestão, com a oportuna disponibilidade dos dados, em especial recursos visuais (fotos, mapas, censos e índices oficiais). Ademais, compreendendo a utilização da ferramenta de *Street View* como complementar a outros dados, são levadas em conta suas limitações, como horário de captura das imagens (restrito ao período diurno) e o acesso ou não a certos territórios (como o interior de condomínios fechados ou ocupações em terrenos muito acidentados). Entendem-se, assim, as análises dessas imagens como ilustrações de um estudo urbano devidamente embasado que corroboram os demais dados consultados.

Com o objetivo de analisar características das moradias da população periférica de alta e baixa renda, fez-se a correlação entre o padrão construtivo das habitações e a renda média da população. O primeiro fator foi aferido a partir da observação empírica de tipologias, métodos construtivos e materiais e validado pelos parâmetros da NBR 12721:2006 e pelos dados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), do Custo Unitário Básico (CUB) ou do valor venal do imóvel, ao passo que a renda média da população foi obtida a partir de dados do IBGE. Embora essa relação possa ser conferida em cada exemplo estudado pelo geoprocessamento de dados do Censo 2010 do IBGE, por se tratar da espacialização de estimativas ou por sua desatualização, algumas distorções precisaram ser avaliadas com o cruzamento desses e de outros dados, como o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).

Por fim, ressalta-se que os exemplos e análises deste artigo foram selecionados dentro de um universo maior de casos estudados na região em questão, no intuito de representar mais expressivamente as relações socioespaciais abordadas. O texto explicita quando os casos são únicos ou se repetem pela área de estudo.

3. Exemplos de dispositivos de segurança e medidas segregadoras na sub-região oeste da RMSP

Corroborada pelos dados do IBGE (2010), a maior diferença entre o sentimento de segurança da população de maior renda em seu domicílio³ e em seu bairro ou cidade se reflete nos exemplos de residências forçosamente isoladas. De maneira equivalente, a menor diferença no caso da menor renda pode ser representada pelas habitações mais próximas das vias públicas e de imóveis vizinhos do bairro.⁴

3. Declarações dos entrevistados “permitiram afirmar que, à medida que a população se afastava do domicílio, a sensação de segurança se reduzia” e que sua renda influi nessa percepção: quão mais alta a renda, maior a percepção de segurança no domicílio e menor no bairro e na cidade, proporcionalmente (IBGE, 2010).

4. A diferença de quase 20% entre o sentimento de segurança das faixas de menor e maior renda quanto à cidade e de apenas 5% quanto ao domicílio demonstram que pessoas com maior renda não se sentem tão mais seguras em suas habitações, embora se sintam proporcionalmente muito mais inseguras em seu bairro ou na cidade.

Em suma, pessoas com maior renda tendem a temer mais seu próprio bairro ou cidade, fechando-se com maior frequência em seu domicílio, cuja intensa proteção é propiciada pela condição financeira capaz de usufruir dispositivos de segurança mais elaborados. Em contrapartida, pessoas com menor renda tendem a temer proporcionalmente menos o bairro e a cidade em relação ao seu domicílio, abrindo-se mais para a via pública em sua habitação, que, mesmo com dispositivos de segurança mais simples, está fisicamente mais próxima da rua.

Isso será demonstrado com os exemplos a seguir, ao redor do conjunto de condomínios fechados no setor oeste da RMSP (Figura 1), onde a constante presença dos dispositivos de segurança acompanha, em suas respectivas formas e dimensões, as condições de infraestrutura urbana, podendo-se observar, no gradiente crescente do padrão construtivo das edificações, como o sentimento de insegurança se materializa na produção do espaço urbano.

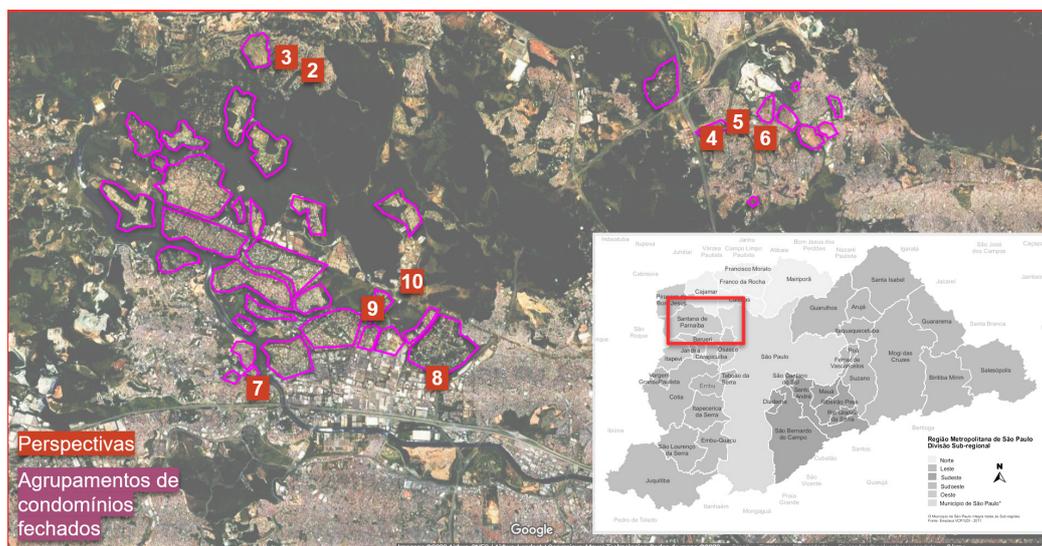


Figura 1. Localização das perspectivas e agrupamentos de condomínios fechados na sub-região oeste da RMSP

Fonte: Adaptado de Google © 2023 Airbus, CNES / Airbus Maxar Technologies.

O fenômeno das grades e outros dispositivos ostensivos de segurança – mais sólidos, como muros altos equipados com cacos de vidro, arame farpado ou cerca elétrica, ou mais fluidos, como câmeras, guaritas e guardas de vigilância – pode ser observado em quase todas as moradias do recorte do estudo. As exceções se dão justamente dentro dos condomínios fechados, uma vez que essas habitações já

estão circunscritas por muros ou outros limites equipados com esses dispositivos.⁵ Analisando a ocorrência dessas “fortalezas individuais” da classe alta nas diferentes configurações urbanas, ao se voltar para bairros de classe baixa e média, Caldeira (2000, p. 317) pondera que, apesar de eles ainda expressarem maior urbanidade, comportamentos relativamente similares ocorrem nessas camadas sociais. Mesmo em áreas autoconstruídas, moradores dessas faixas de renda buscam fortificar suas moradias, ruas e bairros, mesmo que de forma fragmentada (Richmond; Kopper, 2022).

Nos exemplos de construções com baixo padrão construtivo nas redondezas desses agrupamentos de condomínios fechados, em assentamentos mais incipientes (como no bairro Cidade São Pedro), elementos como portões de rolo, portões e grades de barras de ferro acompanham a construção das edificações, muitas vezes antecedendo provisoriamente a incorporação de fechamentos definitivos, como portas de madeira ou janelas de esquadria e vidro. É possível ver na Figura 2, da direita para esquerda, essas fases de consolidação.



Figura 2. Situação da Rua do Gavião, Cidade São Pedro, Santana de Parnaíba, em fevereiro de 2019

Fonte: Google Street View. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/Di3P9J7UyKW2Uqs8?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

5. Quando as moradias da classe alta não pertencem a esses modelos privados de urbanização, verificam-se casas ou edifícios de alto padrão construtivo ostentando esses mesmos métodos de securitização para a via pública, porém de forma individual.

Conforme os assentamentos se consolidam, elementos como grades de proteção sobrepostas às portas e janelas também são frequentes, verificando-se, ao longo do tempo, o surgimento conjunto de serralherias que oferecem esse serviço. Trata-se de um fenômeno que ocorre em todas as comunidades com padrão construtivo similar na região estudada, o que pode ser notado ao se comparar imagens de *Street View* no decorrer da década passada (Figura 3).



Figura 3. Situação da Avenida Fortunato Camargo, Cidade São Pedro, Santana de Parnaíba, em março de 2010 e junho de 2019

Fonte: Google Street View. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/cQECNC8pY8gd4eth6?g_st=ic; https://maps.app.goo.gl/XF79WiEfAwQ5phHm6?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

Mostrando que a incorporação do bairro ocorre enquanto sua população já o habita, são notórios também os elementos de infraestrutura e urbanização dos assentamentos posicionados de forma provisória. Exemplos como caixas-d'água, relógios de água e luz, postes e fiações, antenas parabólicas e espinhas de peixe, números das edificações e nomes de logradouros são gradualmente substituídos ou executados com materiais e acabamentos definitivos, concomitantemente à pavimentação e asfaltamento das vias. Há ausência de iluminação e arborização públicas contínuas, elementos estes que aparecem esparsamente. Além das placas de comércio e serviços, muitas propagandas eleitorais, com rostos e números (principalmente de candidatos a vereador), estampam as fachadas das edificações, o que pode estar relacionado a processos de regularização fundiária e desenvolvimento urbano.

Diferentemente dessas edificações de baixo padrão construtivo, vilas e conjuntos habitacionais populares são primeiramente incorporados para posteriormente serem ocupados. Contudo, as características das edificações após anos de uso e habitação destoam de seus projetos e aspectos inaugurais, possível reflexo da incompatibilidade entre essas construções e as necessidades da população ou da mudança de valores e atitudes desta última. Nas imagens da última década, é possível acompanhar a construção ou crescimento de muros, cercamentos e instalação de dispositivos de segurança.

Nos bairros Colinas da Anhanguera⁶ e Jardim Ipanema (Figura 4), exemplos dessas incorporações demonstram como a urbanidade das ruas, com comércio e serviços de bairro, pessoas caminhando e crianças brincando, convive com os pequenos enclaves (se comparados com os condomínios fechados). Posto isso, apesar de medidas de segurança ostensivas – como muros altos, grades, arame farpado ou câmeras de vigilância –, ainda é possível observar alguma permeabilidade em portões abertos (que são fechados após certo horário), estabelecimentos comerciais que se abrem para as vias ou a própria escala e proximidade das edificações. No modelo vertical, se comparado aos condomínios fechados, também se observa uma menor expressividade da segregação socioespacial, reafirmando que “a promoção desse segmento de mercado é mais frequentemente associada à aquisição da casa própria do que à garantia de exclusividade social” (Cerqueira, 2015, p. 209).

6. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Rua Alto da Boa Vista, Colinas da Anhanguera, Santana de Parnaíba, em março de 2021. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/YgdBcUnqJtCVsqkw5>. Acesso em: 27 fev. 2025.

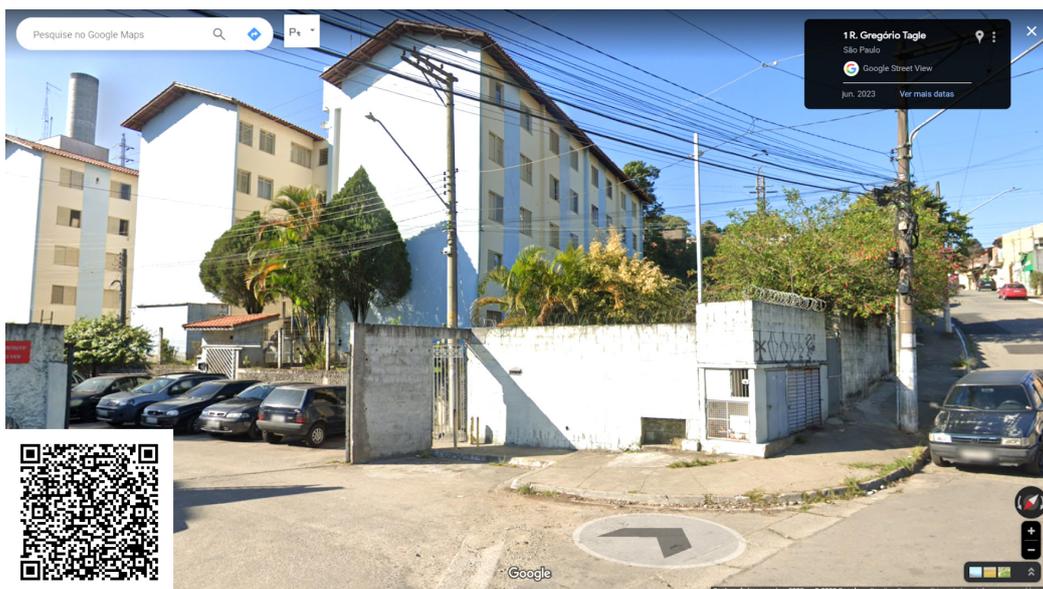


Figura 4. Situação da Rus Gregório Tagle, Jardim Ipanema, São Paulo, em junho de 2023

Fonte: Google Street View. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/xAkPjTKMVEcGFuLn9?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

Uma das interpretações possíveis desses fenômenos de muramento nas regiões periféricas perpassa uma compreensão do acesso à cidadania no que concerne a dignidade, conforto e participação na cultura de consumo, além de um anseio por se diferenciar da informalidade e da insegurança (Richmond; Kopper, 2022, p. 80). Outra questão remete aos modelos de desenvolvimento urbano e dinâmicas imobiliárias brasileiros, incluindo políticas habitacionais e iniciativas público-privadas promovendo a regularização da posse e a instalação incremental de infraestrutura e serviços públicos (Richmond; Kopper, 2022, p. 78).

Adentrando bairros estabelecidos há mais tempo, como os vizinhos Jardim Rincão (Figura 5) e Jardim Alvina,⁷ em São Paulo, e atentando-se para as edificações mais consolidadas, as imagens ao longo da década passada revelam os também frequentes dispositivos de segurança sobrepostos aos fechamentos definitivos (como portas e janelas). Embora se observe a desigualdade infraestrutural entre as ruas dos bairros e as avenidas que dão acesso aos condomínios fechados, as constantes situações de urbanidade apenas podem ser constatadas nos bairros cujas escalas e tipologias das edificações, similarmente aos exemplos anteriores, propiciam interações com o espaço público. Se comparados esses dois bairros, o Jardim Rincão apresenta, por todo o decurso temporal estudado, mais atividades nas ruas, bem

7. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Rua Rio da Fronteira, Jardim Alvina, São Paulo, em março de 2022. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/rdcLzTcRzaWTtBJPA?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025

como mais pessoas nas interfaces das edificações, como portas e janelas. Para além das imagens diurnas registradas ao longo de dez anos, essa análise é corroborada pela observação de sinais de urbanidade.



Figura 5. Situação da Rua Capitão Oliveira Carvalho, Jardim Rincão, São Paulo, em março de 2022

Fonte: Google Street View. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/S8WRVjBZNb6SgpZK9?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

No Jardim Rincão, há mais uso misto, havendo uma escola pública, a EMEF Padre Leonel Franca, situada em rua vicinal rodeada por residências e comércios de bairro, o que resulta em uma alta circulação de pessoas no local. Já no Jardim Alvina predomina o uso residencial das edificações, circundadas por uma larga via arterial, a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, dividindo a porção residencial da comercial e separando o bairro da escola pública situada do outro lado da via, a EMEF Professora Eliane Benute Lessa Ayres Gonçalves. Ainda, analisando morfologicamente esses bairros, o primeiro, mais desabastado, apresenta maior adensamento, com algumas vielas entrecortando quadras, com portões que são fechados após certo horário e com maior ocorrência de esquinas. Já o segundo, de maior padrão construtivo e melhor condição socioeconômica,⁸ tem vias mais largas, lotes com maiores testadas e muitas ruas sem saída. Mesmo que pessoas possam ser vistas detrás das grades de seus domicílios em ambos os casos nas imagens

8. Segundo os dados do IPVS disponibilizados pela plataforma GeoSampa, da Prefeitura Municipal de São Paulo (São Paulo, 2023), o bairro Jardim Rincão apresenta predominantemente vulnerabilidade muito alta e alta, enquanto no bairro Jardim Alvina predominam a vulnerabilidade baixa e muito baixa.

de *Street View* e corroborando essas informações com elementos urbanísticos que denotam a circulação ou não de pessoas ao longo do dia, apenas nos registros do Jardim Rincão é possível encontrar com frequência pessoas interagindo com outras nas calçadas.

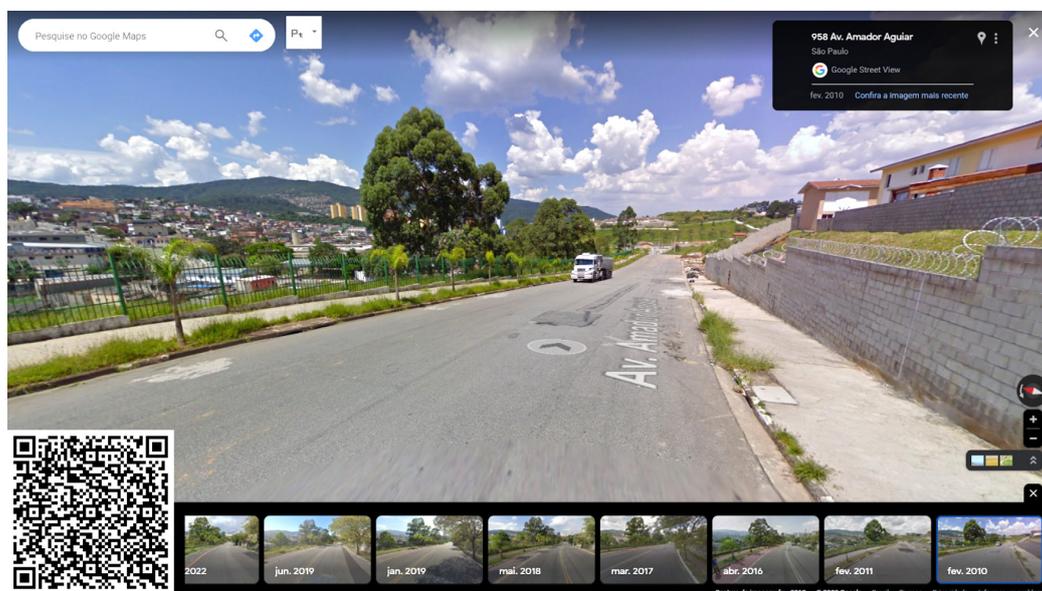


Figura 6. Situação da Avenida Amador Aguiar, Jaraguá, São Paulo, em fevereiro de 2010

Fonte: Google Street View. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/gdcEgaHFTUaKi1Qw5?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

Próximos de onde habita essa população de baixa e média renda estabelecida há mais de uma década, condomínios fechados mais recentes destinados à população de maior renda são cercados por muros, seguidos por porções de áreas verdes e avenidas que ligam esses condomínios aos demais bairros, além dos gramados que já acompanham os muros, obedecendo às regras de área permeável dos planos diretores. Mesmo sendo de padrão construtivo não tão alto quando comparados com os demais condomínios da sub-região e não havendo grande diferença entre os padrões construtivos dos condomínios e dos bairros de população de renda média e baixa, esses condomínios fechados adotaram essa estratégia de separação. Vias públicas que apenas ligam os bairros aos condomínios fechados (Figura 6), como se pode observar na imagem da Avenida Amador Aguiar (paralela à Rua Capitão Oliveira Carvalho, no Jardim Rincão, na Figura 5), formam corredores de muros duplos. Estes são equipados com dispositivos de segurança, calçadas, ciclofaixas e rodovias bem pavimentadas, acompanhadas de paisagismo e grades para o talude que separa a via do bairro vizinho. Também é possível acompanhar, ao longo da última década, como essa infraestrutura de qualidade para população de maior

renda foi implantada concomitantemente à construção desses novos condomínios enquanto os bairros vizinhos, com infraestrutura precária e população de menor renda, já estavam estabelecidos. Na imagem em questão, um dos condomínios está em estágio final de construção e outro ainda nem fora implantado.

Esse modelo de implantação “promove uma homogeneidade social intramuros” que “cria territórios homogêneos, fortemente segregados do restante do município” (Cerqueira, 2015, p. 209). Além disso, em conjunto com os dispositivos de segurança, áreas verdes do tecido urbano são utilizadas como estratégia segregadora para os condomínios fechados. Isso se repete pela sub-região oeste da RMSP, por vezes havendo também barreiras naturais como morros e rios. Em alguns casos, de um muro para outro, há apenas a vegetação e o rio entre os condomínios,⁹ ou entre um condomínio e outras comunidades há bairros com uso misto e vias públicas que margeiam o rio.¹⁰

Do outro lado do Rio Tietê, bairros de Barueri como Jardim dos Camargos (Figura 7) e Vila Boa Vista¹¹ apresentam edificações de padrões construtivos baixo a normal e convivência da população de baixa e média renda. Comparados aos exemplos anteriores, de bairros com população predominantemente de baixa renda, os muros destoam quanto a sua altura e opacidade, e as fachadas não fazem mais interface com as ruas. Apesar da infraestrutura urbana de melhor qualidade quanto à pavimentação e à dimensão das vias, a iluminação e a arborização continuam escassas, ficando a última muitas vezes restrita ao interior dos lotes. Nota-se também o aparecimento de dispositivos de segurança ostensivos – como arame farpado, cercas elétricas e câmeras de vigilância – sendo usados individualmente, ao passo que anteriormente só eram vistos acompanhando conjuntos habitacionais e condomínios fechados. Esses dispositivos se mostram cada vez mais frequentes, como se observa em edificações de maior padrão construtivo e voltadas à população de maior renda. Consequentemente, cada vez menos são observados elementos como grades, que se limitam, na maioria das ocorrências, aos primeiros pavimentos, visto que as janelas das unidades de casas e prédios se encontram mais distantes das vias e protegidas pelos muros equipados.

9. GOOGLE. Imagem de Street View da situação de via de acesso de condomínio em Tarumã, Santana de Parnaíba, em maio de 2018. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/c59b19tvMhN4v9AdA>. Acesso em: 27 fev. 2025.

10. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Rua Irã, Jardim São Luiz, Barueri, em março de 2023. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/p2pNMtKunBWkgD8M7>. Acesso em: 27 fev. 2025.

11. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Rua Carlos de Campos, Vila Boa Vista, Barueri, em março de 2023. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/tbs8aMMqgM3qxgft8?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

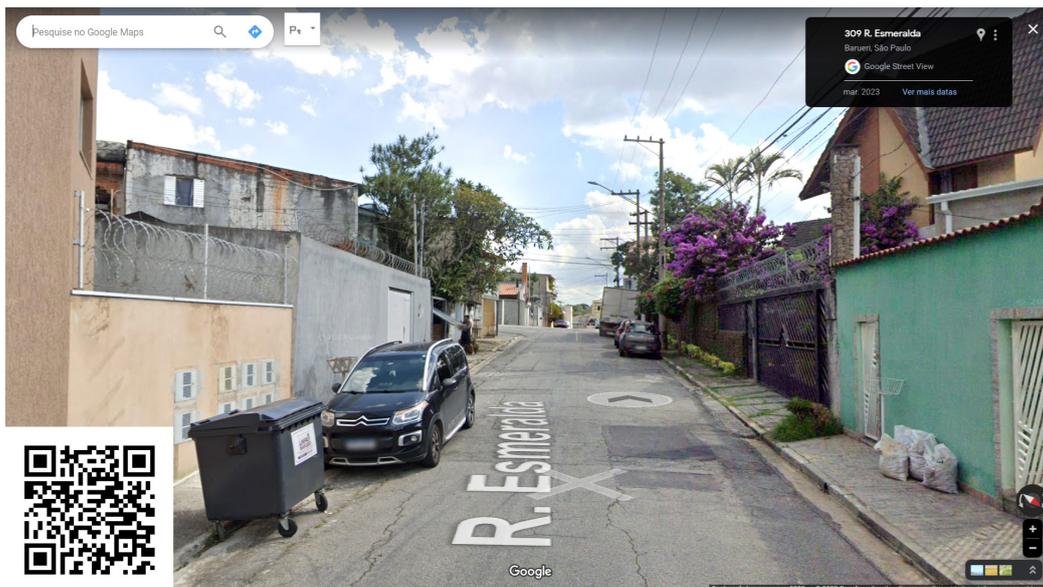


Figura 7. Situação da Rua Esmeralda, Jardim dos Camargos, Barueri, em março de 2023

Fonte: Google Street View. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/Yh8vEEMnQ8jNedLk6?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

A própria qualidade dos dispositivos muda à medida que o padrão construtivo e a renda da população aumentam, o que fica mais evidente no formato das grades e do arame farpado, este último sendo usado de maneira ortogonal, restando às concertinas proteger áreas menos visíveis, como lixeiras e saídas de garagem dos empreendimentos.

Tal qual os condomínios fechados horizontais e os conjuntos habitacionais, os edifícios de padrão construtivo mais alto, com múltiplos blocos e vias de circulação internas, fecham-se como condomínios verticais que ocupam porções ou quadras inteiras. Neles, pode-se observar os mesmos métodos de separação em relação às unidades individuais vizinhas, como no caso do bairro Jardim Tupanci,¹² ou ainda em relação a condomínios de prédios, que utilizam sistemas individuais de segurança que muitas vezes acabam sendo redundantes, como no Tamboré.¹³

Finalmente, os condomínios fechados exibem um vasto repertório de medidas segregadoras. Embora seus muros em si sejam cegos – não conferindo nenhuma permeabilidade por meio de janelas, portas ou usos com fachadas ativas que

12. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Rua Werner Goldberg, Jardim Tupanci, Barueri, em março de 2021. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/8pkFpFpUUeXkDzT96?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

13. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Alameda Canto dos Pássaros, Tamboré, Santana de Parnaíba, em maio de 2019. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/MTMTdbjD8MdGbNNk8?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

propiciem “olhos para a rua” (Jacobs, 2000, p. 35), zelando pelo espaço público e privado –, eles contêm instrumentos visuais de vigilância do espaço público e proteção do empreendimento privado. Contam, por exemplo, com equipamentos como câmeras e guaritas de segurança (Figura 8), as primeiras dispostas em intervalos ao longo de todo o muro e as segundas posicionadas estrategicamente nos vértices e nas entradas dos condomínios. Grandes complexos fortificados contam ainda com seus próprios serviços de água, transporte e energia, o que acaba simbolicamente os removendo ainda mais do envolvimento com o tecido metropolitano, apesar de fisicamente explorarem os recursos naturais e humanos deste último, exacerbando a segregação e sua distinção (Graham; Marvin, 2001).



Figura 8. Situação da Avenida Ceci, Tamboré, Barueri, em março de 2022

Fonte: Google Street View. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/C5ErgodkWBs6Syov8?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

Essa diferença entre as qualidades dos muros de condomínios fechados e das demais edificações fica evidente, mesmo em bairros com população homogeneamente de mesma renda.¹⁴ No modelo vertical, os conjuntos de prédios ainda contam com alguma interação entre as unidades muradas e as vias públicas, como comércio térreo, mobiliário no acesso de pedestres à portaria ou, mesmo

14. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Avenida Ômega, Alphaville, Barueri, em março de 2021. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/jvFsN63H1WrXS2a9?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

que distantes, as janelas das unidades expostas para a rua,¹⁵ enquanto no modelo horizontal, estendendo-se por uma área muito maior e com suas unidades mais deslocadas e ocultas pela altura dos muros em relação às edificações, notam-se extensas porções de barreiras opacas sem interrupção.¹⁶ Em ambos os casos, estão presentes sistemas de identificação, acessos social e de serviço segregados, cancelas e portões, câmeras e guardas de vigilância.¹⁷

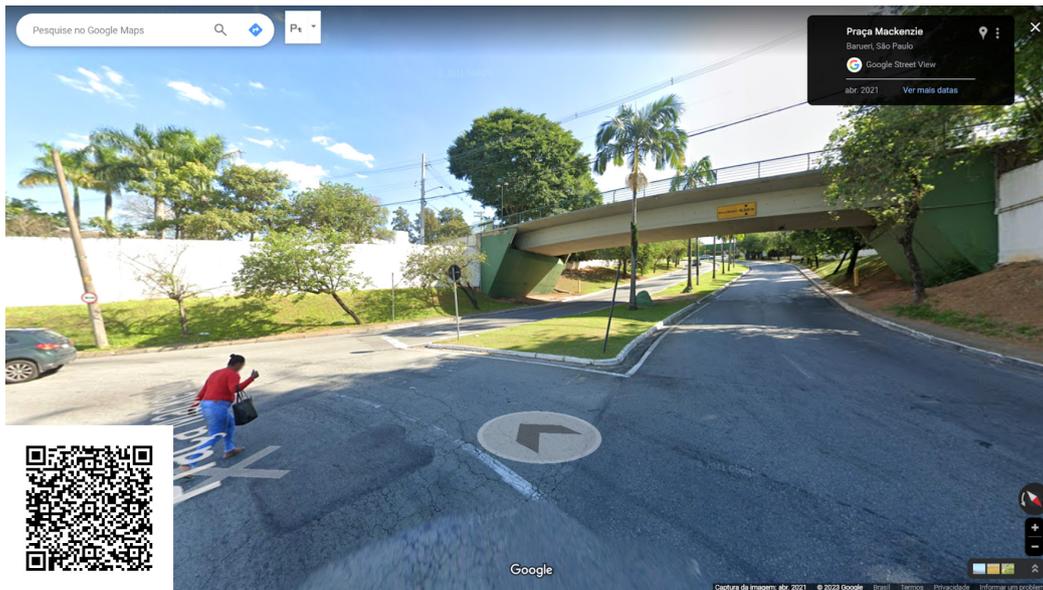


Figura 9. Situação da Av. Mackenzie, Alphaville, Barueri, em abril de 2021

Fonte: Google Street View. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/CxvEysmfhnGMdvmB9?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

No contexto urbano, até canteiros com gramados e árvores (geralmente obedecendo exigências de áreas permeáveis do plano diretor) integram o sistema de segurança dos condomínios, complementados com cercas e grades,¹⁸ acivados por

15. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Alameda Canto dos Pássaros, Tamboré, Santana de Parnaíba, em maio de 2019. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/DDMmGZdSrDavn6tRA?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

16. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Avenida Mackenzie, Tamboré, Barueri, em maio de 2019. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/qYAyV4PsqQKCLikt6?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

17. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Alameda Gregório Bogossian Sobrinho, Tamboré, Barueri, em março de 2021. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/fRgzSb4dJTY3KFxz6?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

18. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Alameda Purús, Alphaville, Barueri, em dezembro de 2022. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/VcT2SSyAsAtgyUBk8?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

taludes¹⁹ ou mesmo interpostos com calçadas.²⁰ Em todos os casos, os dispositivos arame farpado, cercas elétricas e câmeras de vigilância são constantes.

Por um empreendimento desses ocupar uma extensão de solo urbano comparável com a de um bairro, a acessibilidade e a transposição da cidade, seja por pedestres ou automóveis, são comprometidas pela ininterrupção dos enclaves, inclusive quando cortados por autoestradas públicas e conectados por viadutos particulares (Figura 9). Na imagem, vê-se um viaduto privado ligando duas porções de condomínio fechado, cujos muros cegos margeiam a rodovia pública, sem calçadas para que pedestres possam atravessar. Como em exemplos anteriores, as avenidas que conectam os condomínios ao restante da malha urbana, justamente por percorrerem suas contínuas barreiras até suas entradas, resultam em corredores desabitados desprovidos de qualquer urbanidade, mesmo dentro da cidade (Figura 10).

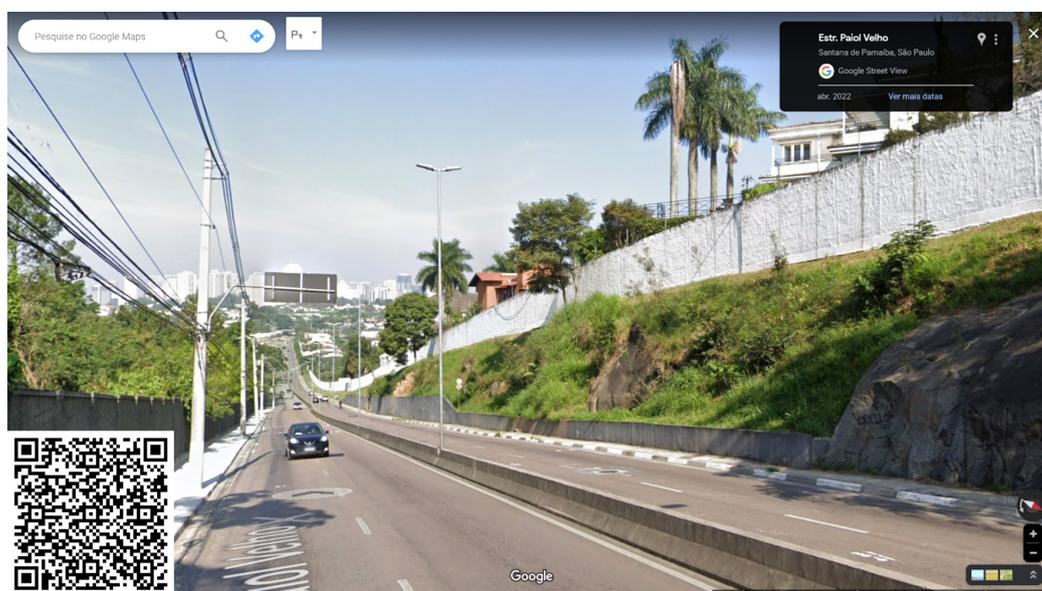


Figura 10. Situação da Estrada Paiol Velho, Tamboré, Santana de Parnaíba, em abril de 2022

Fonte: Google Street View. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/WbbyUnfqkHrfrPFLg?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

Dados esses exemplos de dispositivos de segurança e medidas segregadoras que perpassam, em diferentes formas e intensidades, todas as camadas socioeconômicas e padrões construtivos analisados, notando-se situações de desigualdade

19. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Alameda Araguaia, Alphaville, Barueri, em junho de 2023. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/04gGFjtawEp5ZkVE9?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

20. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Avenida Alphaville, Alphaville, Barueri, em dezembro de 2022. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/uT9kBeSCNutvJhBR7?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025

em múltiplas dimensões (econômica, infraestrutural e de mobilidade), compreende-se e demonstra-se a relação material entre as estratégias hostis de proteção e a segregação socioespacial. Por meio desses dispositivos, conformações e relações socioespaciais, pôde-se observar particularidades de territórios periféricos brasileiros como a porção oeste da RMSP, mesmo em áreas de população e qualidade das construções homogêneas ou heterogêneas.

5. Reflexão sobre o individualismo no espaço urbano estudado

No contexto urbano, ao se transitar pelas vias públicas que esses complexos margeiam, a interface dessa desigualdade se traduz materialmente nas medidas segregadoras dos condomínios. Se nos bairros estudados a má qualidade da infraestrutura urbana ou os fechamentos de vielas a partir de certo horário restringiam, no limite, a acessibilidade, no caso dos agrupamentos de condomínios fechados implantados contiguamente, sem espaço entre si exceto pelas rodovias,²¹ essas medidas de segurança que separam bairros e bloqueiam caminhos em sua extensão afetam inclusive a mobilidade urbana. Na mídia, isso fica expresso por relatos de comunidades que têm suas vias de acesso a outros pontos da cidade barradas por muros de condomínios em conjunto de obras do poder público (Barueri na Rede, 2016). Também é possível encontrar constatações na imprensa de que “serviços urbanos são oferecidos aos grupos de alta renda para prover condomínios fechados recém-construídos, porém raramente alcançam comunidades de renda mais baixa para as quais o transporte público é um serviço essencial” (Barros; Batty, 2016). Essas várias dimensões da realidade cotidiana revelam “a fragmentação e a segmentação do tecido urbano”, resultando em “disparidades nos níveis de infraestrutura e serviços” que esse modelo de implantação de empreendimento privado acarreta (Koch, 2008, p. 100).

Essas medidas não são somente individuais, por vezes sendo aplicadas coletivamente ou integradas a sistemas de segurança, tampouco são homogêneas ou uniformes, ocorrendo em situações distintas, mesmo que sejam estruturais para certas implantações e conformações urbanas. Contudo, são entendidas como individualistas, no sentido da atitude de alguém que “pensa, sente e atua segundo seus próprios interesses, importando em menor medida o contexto social em que se encontra” (Gouveia et al., 2003, p. 224), embora possam ser justificadas pela desigualdade ou pelos sentimentos de medo e insegurança. Para essa compreensão,

21. GOOGLE. Imagem de Street View da situação da Estrada de Ipanema, Jardim Paula, Santana de Parnaíba, em dezembro de 2022. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/uepeJvbjAXVe6gQq7?g_st=ic. Acesso em: 27 fev. 2025.

deve-se “reconhecer que não necessariamente individualismo e coletivismo são polos opostos. As pessoas são um pouco de cada um, sendo, muitas vezes, o contexto, a situação imediata, que vai definir o estilo mais apropriado de comportamento” (Gouveia et al., 2003, p. 224).

Como aponta Ângela Buciano do Rosário em sua resenha da obra de Castel (2005), “as sociedades modernas são construídas sobre o alicerce da insegurança, pois não encontram em si a capacidade de assegurar proteção” (Rosário, 2005, p. 185); assim, em uma sociedade centrada no indivíduo, o que “lhe dará proteção não será mais o grupo a que pertence, mas sua propriedade. É ela que garante a segurança diante dos imprevistos da existência” (Rosário, 2005, p. 185). Kowarick (2017, p. 95) também remete a esse “primado do cidadão privado” a imagem da casa própria, que, no contexto latino-americano, “constitui refúgio de características eminentemente defensivas em metrópoles do subdesenvolvimento industrializado, cuja característica básica é fazer do espaço público um espaço eminentemente excludente e violento”. Caldeira (2000, p. 11) associa essas medidas à descrença do que é público, um dano à cidade democrática em que “cidadãos cada vez mais usam segurança privada e enclaves privados e estruturam suas vidas cotidianas de formas que excluem a presença de serviços e autoridades públicas, deslegitimando-os”. Rocha e Eckert (2013, p. 131) inferem que, na lógica neoliberal, essa “preferência por uma ação protetora individual objetiva minimizar a ameaça do perigo demonstrando a recomposição de uma confiança pela mediação do mercado em detrimento da credibilidade nas instituições públicas e civis”. Como as autoras bem resumem, num contexto urbano de elementos e atitudes hostis, o espaço propicia o exercício não das qualidades cidadãs coletivas, mas sim das individualistas.

Considerações finais

Acompanha-se, assim, como os dispositivos de proteção fazem parte dos próprios processos de produção do espaço urbano. Conforme o levantamento se distanciava das centralidades em direção às regiões periféricas na sub-região oeste da RMSP, puderam ser observados exemplos similares em muitas das residências, com muros acrescidos, grades, arame farpado e cercas elétricas. Embora inicialmente a escala de uso desses dispositivos fosse distinta, pôde-se acompanhar que, com o passar do tempo, tais residências foram equiparando seus cercamentos aos dos novos vizinhos, prédios que gradualmente passaram a ocupar os lotes desocupados. O aumento da presença dos dispositivos de segurança ocorre, portanto, de maneira gradual e progressiva: quando se implementa um dispositivo em uma edificação, observa-se, na sequência, medidas semelhantes nas edificações ao seu redor. Pelas imagens de *Street View*, embasadas por dados cadastrais e censitários,

índices e geoprocessamento fornecidos pelos municípios, observou-se também que, ao longo da década passada, esse modelo se espalhou para o restante dos lotes nas cidades. Neles, e em suas quadras à espera dos futuros empreendimentos, inferem-se possíveis processos de especulação, gentrificação e afastamento da população de mais baixa renda. Também se observa como os modelos de edificações novas ou reformadas e condomínios dos bairros, mesmo quando de renda baixa e média (como em programas de promoção habitacional), são os de isolamento dos lotes, com medidas de segurança ostensivas e menor contato com as vias públicas.

Por meio de exemplos de medidas segregadoras individualistas na sub-região oeste da RMSP, o presente trabalho demonstra como, nessa produção de espaço urbano segregado, tais iniciativas se manifestam cotidianamente no nível das pessoas, pelas vias acessíveis ou não à população, nos limiares entre um lugar idealmente protegido e outro pretensamente perigoso. Observa-se como dispositivos de proteção e segurança ocorrem mesmo em regiões com população homogeneamente de mesma renda (como guardas de vigilância em bairros de renda média e alta). Esses dispositivos, por vezes, acabam fazendo parte de seus próprios processos de produção (como grades nas construções de baixo padrão construtivo ou muros fortificados de condomínios de alto padrão antes das construções de suas unidades habitacionais), manifestando condutas individualistas inseridas em um espaço coletivo. Não obstante, em situações de disparidade entre populações (ou seja, populações socioeconomicamente heterogêneas ou bairros com diferenças em termos de infraestrutura), foi detectado o exacerbamento dessas medidas (como condomínios de alto padrão vizinhos de bairros de população de menor renda ou habitações de programas habitacionais inseridas em bairros de maior ou menor renda), expondo as desigualdades entre as populações de forma mais contrastante, ao se fragmentarem e se isolarem no espaço.

Em todas essas manifestações de medidas segregadoras estudadas, ressalta-se seu pertencimento ao cotidiano das cidades. Por isso, elementos similares do espaço urbano puderam ser empregados às análises de diferentes âmbitos, e os exemplos apresentados foram escolhidos a partir de um extenso universo de casos semelhantes, uma vez que, durante o levantamento, acompanhou-se a recorrência dos fenômenos representados. Além disso, como fundamentado, o método elaborado permite também a constatação dessa habitualidade, e os conteúdos expostos reafirmam a trivialidade com que se percebe o espaço urbano segregado.

A partir dessas ferramentas tecnológicas – no caso deste trabalho, o uso das imagens de *Street View* –, conhecimentos e vivências podem ser acessados por diferentes pessoas, possibilitando uma análise empírica da materialidade cidadina facilmente compartilhável, potencializando sua divulgação científica. Dessas partilhas, respeitando e agregando as diferentes sensibilidades ao mesmo tempo que

incita novos olhares, o uso dos *hyperlinks* e *QR Codes* proporciona contato mais direto e tangível com os dados, auxiliando a própria discussão e reflexão no estudo das situações de segregação socioespacial e fomentando a interação com esses dados visuais. A comparação das imagens no decurso temporal permite também aferir mudanças e indicar tendências quando essas sobreposições são embasadas com outros dados.

A banalidade com a qual habitantes das cidades lidam com manifestações de medo, insegurança e desigualdade reforça também uma convivência com a segregação socioespacial e todos os problemas que ela acarreta. Porém, é também na observação dessas convivências – que paradoxalmente tentam evitar o contato com o que é diferente – que se pode contemplar a insustentabilidade dos modelos e medidas segregadores. Ao se atentar para as relações socioespaciais – e não para os elementos isoladamente –, pode-se verificar como os efeitos da segregação, em diferentes níveis e escalas, atingem ambos os lados, dentro e fora dos muros.

A cidade transcende os limites que a dividem, pois o espaço como construção social não finda ou se isola dos processos que guiaram sua produção, das cadeias de matéria e trabalho que a conceberam e a sustentam. O espaço urbano não está estagnado, pelo contrário, existe no presente e pode ser acompanhado no decorrer do tempo.

Referências

- ALMEIDA, R. P.; AMANO, F. H. F.; TUPY, I. S. Mercados imobiliários e rede urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, p. e202208, 2022.
- BARCELLA, B. L. S.; MELAZZO, E. S. Expansão urbana e dinâmica imobiliária: comparando as estratégias fundiárias dos agentes imobiliários em cidades médias. *Sociedade & Natureza*, v. 32, p. 108-25, 21 fev. 2020.
- BARROS, J.; BATTY, M. Acessível para quem? Como o transporte divide ricos e pobres na cidade brasileira. BBC. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37572962>. Acesso em: 10 set. 2023.
- BARUERI NA REDE. O muro da vergonha. Barueri, 2016. Disponível em: <https://baruerinarede.com.br/o-muro-da-vergonha/>. Acesso em: 10 set. 2023.
- BILJECKI, F.; ITO, K. *Street View Imagery in Urban Analytics and GIS: A Review. Landscape and Urban Planning*, v. 215, p. 104217, 2021.
- CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos Cebrap*, n. 47, 1997.
- _____. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CASTEL, R. *Insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes, 2005.

- CERQUEIRA, E. D. V. As novas lógicas de fortificação residencial nas periferias metropolitanas de Belo Horizonte: quais impactos sobre a segregação social? *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 7, n. 2, p. 195-210, maio 2015.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DAVIS, M. *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. 2. ed. London: Verso, 2006.
- FORNASIER, M. de O.; FERREIRA, L. V.; FERREIRA, C. F. Segregação urbana, cultura do medo e consumismo no Brasil: apontamentos para uma possível analogia. *Direito e Desenvolvimento*, v. 10, n. 1, p. 217-30, 16 jul. 2019.
- FRÚGOLI JUNIOR, H.; CHIZZOLINI, B. B. Relações entre etnografia face a face e imagens do Google Street View: uma pesquisa sobre usuários de crack nas ruas do centro de São Paulo. *GIS – Gesto, Imagem e Som – Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 2, n. 1, 2017.
- GARBOSA, R. A.; MOREIRA, K. S. Dinâmica da produção desigual do espaço no município de Barueri: do centro às novas áreas de centralidade. *Caderno Intersaberes*, Curitiba, v. 13, n. 46, p. 125-44, jun. 2024.
- GOUVEIA, V. V. et al. Dimensões normativas do individualismo e coletivismo: é suficiente a dicotomia pessoal vs. social? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16, n. 2, p. 223-34, 2003.
- GRAHAM, S.; MARVIN, S. *Splintering Urbanism, Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition*. London, New York: Routledge, 2001.
- HOLSTON, J. *Cidadania insurgente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Características de vitimização e acesso à justiça em 2009. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. Vitimização: sensação de segurança 2021 / IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua 2020*, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, IBGE, 2022a.
- _____. Vitimização: furto e roubo 2021 / IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua 2022*. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, IBGE, 2022b.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KOCH, M. R. Condomínios fechados: as novas configurações do urbano e a dinâmica imobiliária. *Indic. Econ. FEE*, v. 35, n. 3, p. 99-116, Porto Alegre, 2008.
- KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.
- LI, X. Examining the Spatial Distribution and Temporal Change of the Green View Index in New York City using Google Street View Images and Deep Learning. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, v. 48, n. 7, p. 2039-54, 2020.
- LIU, Z. et al. Day-to-Night Street View Image Generation for 24-Hour Urban Scene Auditing Using Generative AI. *Journal of Imaging*, v. 10, n. 5, p. 112, 2024.

- MELAZZO, E. S. et al. Monitoramento e avaliação de dinâmicas imobiliárias e fundiárias: estado da arte e desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 20, 2023, Belém. *Anais* [...]. São Paulo: Anpur, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/07/sl-28.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- PEDROSA, L. A fotografia de cidade no contexto das mídias digitais: limiares entre documento, expressão e imaginário no Google Street View. In: RENÓ, D.; CAMINOS, A. (Orgs.). *Imagens, narrativas e meios*. 1. ed. Aveiro: Ria Editorial, 2018. p. 19-28.
- PEREIRA, J. M.; CARNEIRO, A. E. L.; PEREIRA, A. P. P. O Google Street e as imagens da cidade: experiências e diálogos de pesquisas urbanas no sudoeste do Maranhão. *Sociabilidades Urbanas: Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 3, p. 83-96, 2019.
- PEREZ FILHO, A.; LÄMMLE, L.; MOREIRA, V. Geotechnologies and Their Approaches in Geomorphological Studies: Challenges and Possibilities Beyond Geographical Information Systems (GIS). *William Morris Davis – Revista de Geomorfologia*, v. 1, n. 1, p. 145-61, 2020.
- POWER, M. J. et al. “Why Bother Seeing the World for Real?”: Google Street View and the Representation of a Stigmatised Neighbourhood. *New Media & Society*, v. 15, n. 7, p. 1022-40, 2013.
- RICHMOND, M. A. O devir-lugares das periferias urbanas: transformações socioespaciais no bairro de Fazenda da Juta. In: RICHMOND, M. A.; KOPPER, M.; OLIVEIRA, V. C. de; PLACENCIA, J. G. (Orgs.). *Espaços periféricos: política, violência e território nas bordas da cidade*. São Carlos: EdUfscar, 2020.
- RICHMOND, M. A.; KOPPER, M. Walling the Peripheries: Porous Condominiums at Brazil’s Urban Margins. In: FORTE, G.; HWA, K. (Eds.). *Embodying the Periphery*. Firenze: Firenze University Press, 2022.
- ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas da vida urbana*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.
- ROSÁRIO, A. B. do. Resenha de “A insegurança social: o que é ser protegido?”, de Robert Castel. *Mental*, v. 2, n. 4, p. 185-7, jun. 2005.
- SÃO PAULO (Município). GeoSampa. 2023. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: 1º set. 2023.
- SHAPIRO, A. Street-Level: Google Street View’s Abstraction by Datafication. *New Media & Society*, v. 20, 2017.
- SILVA, A. M.; SPOSITO, M. E. B. Dinâmicas imobiliárias e a produção de espaços residenciais fechados em Araçatuba (SP). *Revista Formação*, v. 31, e024004, 2024.
- SOUZA, M. L. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2008.
- WANG, R.; WENJIE, W.; YAO, Y. “Green Transit-Oriented Development”: Exploring the Association between TOD and Visible Green Space Provision Using Street View Data. *Journal of Environmental Management*, v. 344, p. 118093, 2023.

Luiz Gonzaga Philippi Filho

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduado em Arquitetura e Urbanismo pela mesma universidade. Foi residente no Curso de Especialização para a atuação em Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social (Athis) da UFSC. Professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Unisul e da UniSociesc.

Email: zagaphilippi@gmail.com

ORCID: 0000-0003-0962-8323

Contribuição de autoria: Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

Adriana Marques Rossetto

Pós-doutora pelo Instituto de Urbanismo de Grenoble (IUG) da Université Grenoble Alpes. Doutora em Engenharia de Produção, na área de concentração de Gestão Ambiental, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestre em Engenharia Civil pela mesma universidade. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Professora associada da UFSC, professora permanente no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Especialização em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Athis), do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, e no Mestrado Profissional em Desastres Naturais.

Email: amarquesrossetto@gmail.com

ORCID: 0000-0002-7785-9599

Contribuição de autoria: Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Supervisão/Orientação; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

Submissão: 30 de abril de 2024.

Aprovação: 21 de janeiro de 2025.

Editores da RBEUR: Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

Editores do Dossiê: Matthew A. Richmond, Patrícia Maria de Jesus e Jean Legroux.

Como citar: PHILIPPI FILHO, L. G.; ROSSETTO, A. M. Dispositivos de segurança e medidas segregadoras que propiciam homogeneidades e heterogeneidades na sub-região oeste da RMSP. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 27, E202519pt, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202519pt>

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR